

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO 918.674 RIO GRANDE DO SUL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. MARCO AURÉLIO</b>
<b>RECTE.(S)</b>	<b>: ESPÓLIO DE TERESA DE LIMA CEZAR</b>
<b>RECTE.(S)</b>	<b>: RUBENICH E LORETO ADVOGADOS ASSOCIADOS</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: SANDRA ERNESTINA RÜBENICH</b>
<b>RECDO.(A/S)</b>	<b>: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL</b>

**DECISÃO**

**PRECATÓRIO – HONORÁRIOS  
ADVOCATÍCIOS – EXECUÇÃO  
AUTÔNOMA – REQUISIÇÃO DE  
PEQUENO VALOR – POSSIBILIDADE.  
RECURSO EXTRAORDINÁRIO –  
PROVIMENTO.**

1. O Tribunal, no Recurso Extraordinário nº 564.132/RS, da relatoria do ministro Luiz Fux, acórdão sob a redação da ministra Cármen Lúcia, assentou, em repercussão geral, a possibilidade de execução autônoma dos honorários advocatícios, independentemente do valor a ser recebido pelo cliente, permitido o fracionamento para o fim de pagamento das aludidas verbas sucumbenciais mediante Requisição de Pequeno Valor – RPV, mesmo antes da satisfação da obrigação principal.

2. Ante o quadro, dou provimento ao extraordinário para,

**RE 918674 / RS**

reformando o acórdão recorrido, julgar procedente o pedido.

3. Publiquem.

Brasília, 9 de outubro de 2015.

Ministro MARCO AURÉLIO  
Relator